

# **O PSICÓLOGO NO TRABALHO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM OS USUÁRIOS DO CRAS II DE LAGES – SC – ESTUDO DE CASO**

Rosana Antunes<sup>1</sup>  
Cláudia Waltrick Machado Barbosa<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo pesquisar sobre a importância do psicólogo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com usuários que participam do serviço ofertado pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS II de Lages-SC. O intuito foi pesquisar sobre a participação ativa da Psicologia nas Políticas Públicas, para que se possa compreender o foco da prática profissional da psicologia social e comunitária. Nessa perspectiva, refletir acerca das práticas profissionais, e das inúmeras interrogações elencadas neste tipo de intervenção, na esperança do estabelecimento e/ou confirmação do compromisso social que, abarca não somente a qualidade dos profissionais, mas também dos vínculos que possam ser fortalecidos com os usuários. Buscamos através deste artigo, ressaltar não somente a importância do trabalho do psicólogo, mas a relevância desta prática nos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Sendo assim destaca-se a importância do fortalecimento de vínculos, nas construções sociais e familiares das famílias atendidas por essas unidades socioassistenciais. A metodologia utilizada nesta pesquisa, foi um estudo de caso de uma família que participa efetivamente dos serviços do CRAS. Para este estudo utilizamos a abordagem qualitativa para o levantamento dos dados.

**Palavras-chave:** Vínculo, Psicologia Social e Comunitária, Usuários, CRAS II

## **O ARNOLD STEINER RIGHT AWAY WORK OF STRENGTHENING BONDS WITH THE USUÁRIOS OF THE CRASS II OF LAGES – SC – CASE STUDY**

## **ABSTRACT**

The present study aimed to investigate the importance of the psychologist in the Service of Coexistence and Strengthening of Links, with users who participate in the service offered by the Reference Center in Social Assistance - CRAS II de Lages-SC. The aim was to research on the active participation of Psychology in Public Policies, in order to understand the focus of the professional practice of social and community psychology. From this perspective, reflect on the professional practices and the numerous questions raised in this type of intervention, in the hope of establishing and / or confirming the social commitment that embraces not only the quality of professionals but also the links that can be strengthened with the users. We seek through this article, to emphasize not only the importance of the psychologist's work, but also the relevance

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 10ª fase do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST.

<sup>2</sup> Psicóloga e pedagoga – Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST, Mestre em educação, especialista em terapia familiar e de casal.

of this practice in the services offered by the Unified Social Assistance System - SUAS. Thus, the importance of strengthening links in the social and family constructions of the families served by these socio-welfare units is highlighted. The methodology used in this research was a case study of a family that participates effectively in CRAS services. For this study we used the qualitative approach for data collection.

**Keywords:** Link, Social and Community Psychology, Users, CRAS II

## INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa pretende contribuir para uma visão mais clara das situações vivenciadas pela psicologia social e comunitária, tomando por referência a maneira que é desenvolvido o trabalho dos profissionais de psicologia dentro de um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. Desse modo, podendo elucidar sobre a atuação profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma vez que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS define que se podem prevenir vulnerabilidades e riscos sociais: [...] por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. BRASÍLIA (2013)

De acordo com o Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2006, p.11-12), estes equipamentos podem ser definidos como:

a) unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; b) unidade efetivadora da referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas; c) “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS; d) unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência; e) uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sociofamiliar e ênfase no território de referência; f) um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Destaca-se a importância do CRAS como equipamento que assegura a execução das atividades previstas no PAIF<sup>3</sup>, principal programa de Proteção Social Básica em vigência no Brasil. Este programa, que tem seu foco na família, desenvolve suas ações e serviços nas

---

<sup>3</sup> O PAIF foi criado em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS com o intuito de aprimorar a proposta do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) implantado pelo Governo Federal no ano de 2003. Segundo o MDS, em 19 de maio de 2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social”, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal pelo Decreto 5.085/2004 (BRASIL, 2006).

unidades dos CRAS, que são, necessariamente, responsáveis pela oferta dos serviços e ações do PAIF.

As ações norteadoras do PAIF que estão sob responsabilidade da equipe técnica dos CRAS se organizam da seguinte forma: a) atendimento às famílias; b) produção, sistematização e divulgação de informações sobre: vigilância Social; Programa Bolsa Família (PBF)<sup>4</sup> e Benefício de Prestação Continuada (BPC); <sup>5</sup>c) realização de encaminhamentos; d) oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social; e) apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do PBF e do BPC e demais benefícios ((BRASIL, 2006).

A regulamentação técnica do CRAS preconiza, portanto, o diálogo e intercâmbio com a comunidade, além de dar enfoque na prevenção das situações de risco, enfatizando possibilidades e espaços para as potencialidades. Quanto à “equipe mínima” de trabalho, cada CRAS obedece às expectativas do número de famílias que se pretende atender. Porém, independentemente de sua abrangência, duas categorias profissionais devem estar presentes: psicólogos e assistentes sociais. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social<sup>6</sup>, “nos Centros de Referência da Assistência Social, o principal capital é o humano, sejam assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais” (BRASIL, 2006, p.06)

De acordo com Botarelli (2008, p.15), “os psicólogos estão atuando cada vez mais em Políticas Públicas, já que em 2005 foi consolidada sua participação no corpo técnico da equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS”. A partir desse contexto, busca-se verificar como o profissional de Psicologia desenvolve seu trabalho no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS em relação ao fortalecimento de vínculo.

---

<sup>4</sup> O Programa Bolsa-Família foi criado em 9 de janeiro de 2004 através da Lei n o 10.836, que unificou, em um só benefício, o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei n o 10.219, de 11 de abril de 2001; o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n o 2.206-1, de 6 de setembro de 2001; o Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n o 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e o Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n o 3.877, de 24 de julho de 2001. Instituído o Bolsa-Família, ficou definido que todas as famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza passarão a receber benefícios financeiros do Governo Federal.

<sup>5</sup>O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado a partir da LOAS, destinado às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, observado, para acesso, o critério de renda previsto na Lei (BRASIL, 2004).

<sup>6</sup>De acordo com o porte do município, a abrangência dos CRAS se dá da seguinte forma: Pequeno Porte I (mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas); Pequeno Porte II (mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas); Médio Porte (mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas); Grande Porte (mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas); Metrôpoles (mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas) (BRASIL, 2005, p.27).

Freud é bastante contundente em suas afirmações, uma vez que questiona a possibilidade de existência de uma psicologia que não seja a social, uma vez que não possui sentido estudar um sujeito isolado de seu contexto social.

Em decorrência da impossibilidade de estudar o homem em um contexto isolado, desconsiderando suas influências sociais, faz-se necessário o desenvolvimento de teorias e métodos que expliquem as influências que os fatores sociais exercem sobre os processos psicológicos básicos, consequentemente dando forma à Psicologia Social. O estudo da interação do indivíduo com o seu meio social, constitui-se como objeto desse ramo da psicologia, sendo estritamente necessária, a análise e posterior explicação das influências do meio social, e, posterior avaliação e promoção do ajustamento do indivíduo à sociedade. (STREY, 2005).

Portanto, não temos como falar de psicologia social sem falar um pouco sobre o CRAS, pois, é a unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2006).

O município de Lages-SC conta com 8 (oito) CRAS, situados nos bairros: Popular, Centenário, Penha, Tributo, Santa Mônica, Bela Vista, Conta Dinheiro e Gralha Azul. Porém estes não se limitam a atender somente a população dos referidos bairros, sendo que seus atendimentos abrangem toda a região envolta destes. Os referidos bairros são em um contexto geral habitado por população de baixa renda que muitas vezes não possuem um acesso facilitado aos serviços sociais. A localização do CRAS próxima a estes moradores, bem como a execução de toda a sua estratégia de atendimento acima citada, facilita o alcance dos objetivos de prevenção apresentados acima.

Para atuação junto ao CRAS é de fundamental importância o comprometimento do psicólogo com as peculiaridades dos cidadãos a serem atendidos. Sendo assim, a psicologia passa a exercer um papel importante para o fortalecimento da cidadania e execução das políticas públicas, funcionando como parte integrante desse sistema e como facilitador para o alcance dos objetivos deste. Diante do exposto, a presente pesquisa buscou tratar sobre os desafios, deveres e dificuldades encontradas pelos profissionais de psicologia dentro dos programas sociais do SUAS, bem como o efeito do trabalho deste profissional frente ao SCFV nas famílias atendidas.

De caráter preventivo e proativo, o SCFV baseia-se na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, para ao alcance de

alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. É ofertado no CRAS como a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Sendo um serviço oferecido no CRAS para vir a acrescentar no trabalho social com as famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI. (BRASILIA, 2015, p, 5).

Os encontros do SCFV são situações de convivência para diálogos e fazeres que constituem algumas dessas alternativas. Nessa direção, esses encontros são um espaço para promover:

Várias ações, entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do SCFV. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal. Porém, vale destacar que as oficinas, bem como as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos.

Nessa perceptiva, o psicólogo no exercício da sua função deve se nortear pela compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, primordiais ao exercício da cidadania e da profissão, pelo respeito à ética nas relações com clientes, usuários (as), colegas e o público bem como na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações e pelo aprimoramento contínuo (BRASIL, 2004 *apud* Brasília, 2008, p. 12).

Quando se analisa a política de Assistência Social, identifica-se que há uma priorização da responsabilidade à família, pois conforme defendido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), “[...] independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (WIESE; SANTOS, 2013).

Portanto, na situação contemporânea não se pode definir um “modelo” de família a ser seguido e uma única forma de trabalho com ele, pois a família possui suas particularidades. Possui diferentes formas de enfrentamento das consequências do processo de produção capitalista e das transformações na sociedade consumista, determinadas pelo próprio sistema de produção que repercute no consumo, na dinâmica social, comunitária e familiar, na vida e na classe social, que a família está inserida (WIESE; SANTOS, 2013).

O desafio das políticas pública que visam à proteção social é pensar e repensar a família buscando superar velhas ações e concepções centradas na focalização e estratificação da proteção social a partir das famílias.

Tomando a produção de Vygotsky<sup>7</sup> como uma referência, pode-se afirmar que entender o mundo e atuar sobre ele é possível somente por meio de relações sociais. Ou seja, o sujeito se constitui na relação com o outro e passa a dispor, por meio dessa relação, das conexões estabelecidas por outras pessoas tendo-as também como referência e contribuição para o coletivo. Portanto, são pertinentes as maneiras de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. No mesmo sentido, vale ressaltar para a relevância do contexto histórico nessa construção, pois as condições objetivas da vida interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social. (BRASILIA, 2007).

Ana Lígia Gomes (2012) ao refletir sobre as especificidades desse trabalho na assistência social indica que deve haver um direcionamento, uma intencionalidade para a construção de vínculo e esse vínculo é uma tradução de afeto. Pressupõe-se como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento do vínculo com os profissionais e a construção de uma referência, especialmente para crianças e adolescentes. Destaca ainda que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si. (BRASÍLIA, 2013, p. 26).

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada neste trabalho científico abarca as concepções teóricas de uma dada abordagem e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade pois, “enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAIYO, 1994, p. 16).

---

<sup>7</sup>Esse grande teórico (1896-1934) é um crítico de arte e advogado que, insatisfeito com as teorias formalistas e sociológicas, buscou a Psicologia para compreender a criatividade artística e sua permanência na história da humanidade, apesar das poderosas determinações sociais bloqueadoras. Encontra uma Psicologia em crise, que não lhe fornece respostas, afogada em falsos confrontos entre teorias que reduzem a questão psicológica a apenas uma das dimensões que a constitui – o inconsciente, a consciência, o comportamento ou a cognição –, como se o homem de cada uma dessas teorias fosse diferente daquele estudado pelas demais. Inconformado, vai buscar na dialética de Marx e na filosofia monista de Espinosa orientação para esses antagonismos retalhadores do homem. (SAWAIA, 2009, p. 365 *apud* BRASÍLIA, 2007, p. 17).

Utilizou-se para esta pesquisa o estudo de caso. Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa. Para que este assim se configure, deve cumprir certas exigências: ser um estudo intensivo, preservar o caráter único do objeto investigado, ocorrer no ambiente natural do objeto, ser limitado quanto a tempo, eventos ou processos.

Para esta pesquisa foi usada uma abordagem de pesquisa qualitativa. Sendo assim ela é descritiva, suas informações obtidas não podem ser quantificáveis, os dados obtidos são analisados indutivamente e a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Portanto, no que tange a pesquisa qualitativa Michel (2005, p. 33) explicita:

Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma de experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em Ciências Sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade.

Segundo Gil (1999, p. 42), pode se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

## **APRESENTAÇÃO DO CASO<sup>8</sup>**

Joana tem 38 anos de idade, sexo feminino, é casada, tem 8 filhos, o filho mais velho atualmente tem 22 anos e a mais nova está com 1 ano e 3 meses, vem de uma família bem extensa, é a sexta filha de nove irmãos, seus pais já são falecidos e mora perto da maioria dos seus irmãos. Não concluiu seus estudos, relatando que estudou só até a terceira série do ensino fundamental. É natural de Lages – SC, sempre morou no bairro morro grande.

Participa das atividades desenvolvidas pela Secretária de Assistência Social, desde 2006, quando ainda existia o programa PETI<sup>9</sup>, para crianças e adolescentes em situações de

---

<sup>8</sup> Para este estudo de caso nos utilizamos de nomes fictícios. A identidade do entrevistado foi preservada como segue as normas do contexto ético.

<sup>9</sup> O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é um programa de âmbito nacional que articula um conjunto de ações visando proteger e retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, resguardado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em conformidade com o que estabelece a Lei de Aprendizagem (10.097/2000). É um programa de natureza intergovernamental e intersetorial que pressupõe, nas três esferas de governo, a integração de um conjunto de organizações governamentais e não governamentais em torno do desenvolvimento de iniciativas, estratégias e ações voltadas ao enfrentamento ao trabalho infantil. (Brasília, 2010).

vulnerabilidades sociais. Atualmente do seu grupo familiar, estão participando regularmente das atividades desenvolvidas pelo CRAS II no bairro centenário, dois dos seus oito filhos.

## DISCUÇÃO DO CASO

A trajetória de Joana, dentro dos serviços ofertados pela atenção básica do sistema único de assistência social – SUAS, será apresentada de maneira que o leitor possa se situar no contexto desta família dentro das políticas públicas do município de Lages – SC., entretanto sem deixar de trazer os pressupostos teóricos que determinam essa trajetória. Para dar sequência iniciamos o questionário com a seguinte pergunta. O que a levou a procurar os serviços ofertados pelo CRAS? *“Faz tempo que meus filhos participam do CRAS II, não me lembro bem ao certo o ano, na época o mais velho tinha seis anos, e logo depois os dois mais velhos começaram a participar, porque a gente catava reciclado na rua, e uma equipe do PETI que veio atrás para eles participarem dessas atividades”*.

Em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que apontou como imperativo a implementação do SUAS de modo a materializar a regulação e a organização do modelo de gestão descentralizado e participativo em todo o território nacional, iniciou-se o reordenamento da gestão da assistência social, tendo como instrumento norteador a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. A partir de então, os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social, incluindo o PETI, passaram a ser regulados, organizados e avaliados com base nos eixos estruturantes do SUAS. As ações da assistência social não se realizam de forma isolada, mas se articulam para a formação de uma rede de proteção social. (Brasília, 2010)

O que mudou na sua vida, nesse período de participação junto ao Centro de Referência em Assistência Social do seu território? *“Mudou bastante coisa... bastante”* O que a senhora nota de mudança? *“Nas crianças né, do jeito que eles são, do que eram e como estão”*. Como são as crianças em casa agora? A senhora notou alguma mudança? *“Agora eles estão diferentes né, eles querem estudar, ajudam mais a gente em casa”* A senhora quando tinha a idade deles, teve oportunidade de participar de alguma atividade semelhante as atividades que o CRAS II desenvolve com seus filhos? *“Não, nunca participei... Mas queria, acho que tudo seria diferente”*. O que a senhora entende por Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e quais os benefícios que trouxe para a sua família? *“De primeiro eu achava que era um serviço remunerado para as crianças, depois que entendi que é um programa parecido com o PETI, mas agora acho que é para ajudar nos estudos, em tudo”*.

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo do CRAS II junto ao SCFV foi importante para vocês? Se a resposta for afirmativa comente. *“Eu acho bom, esses dias durante uma atividade com as mães, foi falado sobre bullying, e a Patrícia minha filha estava passando por isso na escola, e o filho de outra mãe que também estava no grupo, ele estava ofendendo minha filha na escola, e com a ajuda da psicóloga eu consegui falar sobre esse problema e depois a mãe desse menino veio falar comigo e pedir desculpas, mudou bastante também, agora ele não fala mais nada para minha filha. Sem falar que sempre que a gente precisa a gente sabe que podemos contar com a equipe do CRAS II”*.

De acordo com as Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo, “a prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afincados na proteção social básica, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social”. Para isso, deve-se articular a sua atuação a um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe interdisciplinar, desenvolvendo ações de caráter contínuo e concernentes com a situação de vulnerabilidade social, privação e/ou fragilização de vínculos efetivos relacionais e de pertencimento social que vitima o público-participante do CRAS (BRASÍLIA, 2007, p.26)

E ainda para maiores esclarecimentos, vale salientar que ambos os serviços trabalham com grupos, e que para diferenciar-se entre “Oficina com Famílias” do PAIF e “Grupos do SCFV” deve haver a clareza de que ambas trabalham com grupos, e muitas vezes chamadas de “grupos”, as oficinas com as famílias e os grupos de convivência são ações distintas. (BRASÍLIA, 2015).

Em relação às informações apresentadas sobre os participantes do PAIF e do SCFV, destacamos, em relação aos usuários do SCFV, que a Resolução CNAS nº 1/2013 elenca crianças, adolescentes e idosos que vivenciam algumas situações de risco social como prioritários<sup>10</sup> para o atendimento. Ao fazer o encaminhamento de um usuário para o SCFV, as equipes de referência do PAIF e/ou do PAEFI devem indicar a situação de risco que o trouxe até o atendimento Socioassistencial, assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento familiar. No caso das equipes de referência do PAEFI<sup>11</sup>/CREAS, o encaminhamento deve ser feito ao PAIF/CRAS, respeitando a matricialidade sociofamiliar, o fluxo no SUAS, a referência e a gestão no território desta Unidade.

<sup>10</sup> De acordo com a Resolução CNAS nº 1/2013, art. 3º: em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASÍLIA, 2015).

<sup>11</sup> PAIF e PAEFI têm funções distintas, mas devem dialogar e interagir na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da superação dos ciclos de violação de direitos.

*“Atualmente meu filho, o Gustavo que tem 22 anos e foi o primeiro a participar dessas atividades do PETI e do CRAS II, está terminando os estudos para arrumar um emprego bom, porque ele tem todos os certificados dos cursos que ele participou, ainda de quando ele participava do SCFV”. A senhora sente falta de alguma coisa do SCFV? Se precisasse mudar algo hoje, o que seria? “Meus filhos adoram ir para o CRAS II, só acho que deveria ter mais vezes na semana, porque quando eles não vão para o grupo, ficam em casa bem perdidos, os cursos que tinha antigamente eram muito bons, deveria voltar”.*

Ainda em relação à extensão dos grupos do SCFV, a orientação é de que tenham, no máximo, 30 usuários sob a condução do orientador social e do facilitador social, que são os profissionais responsáveis pela mediação dos grupos do serviço. Grupos com quantidade de usuários maior do que a orientada terão dificuldades para alcançar os objetivos do serviço e deixam de contemplar as características dessa oferta. Respeitada a quantidade máxima permitida de usuários para o grupo, o tamanho deste poderá variar conforme as características dos participantes, ou seja, para defini-lo, é preciso levar em conta a complexidade das vulnerabilidades vivenciadas pelos indivíduos que compõem o grupo e, ainda, as estratégias de intervenção que serão adotadas. (BRASILIA, 2015, p. 14).

Pode-se afirmar que houve, uma considerável mudança no horário dos grupos do SCFV atendidos no CRAS II, devido à falta de profissionais, levando assim a uma defasagem dos participantes e mudança dos dias dos grupos, que até o início do semestre, cada grupo participava duas ou três vezes na semana, para participar das atividades desenvolvidas para os grupos, porém com essa defasagem de profissionais, a alternativa foi reduzir as atividades com os usuários do serviço.

Os encontros do SCFV são situações de convivência para diálogos e fazeres que constituem algumas dessas alternativas. Nessa direção, esses encontros são um espaço para promover:

Várias ações, entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do SCFV. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal. Porém, vale destacar que as oficinas, bem como as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados nos grupos.

Sabendo-se que a equipe de referência do CRAS é interdisciplinar, pressupõe-se que os perfis dos profissionais devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social com famílias depende de uma demanda de tempo e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo

comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS. (BRASIL, 2009, p, 62).

## ENTREVISTA COM A PSICOLOGA REFERENCIA DO GRUPO SCFV

Rita tem 29 anos, é formada em psicologia a 7 anos, e a 5 anos trabalha na Prefeitura Municipal de Lages – SC como servidora efetiva. Antes de trabalhar no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II, ela trabalhou 4 anos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS<sup>12</sup> II, até solicitar sua transferência para o CRAS II.

Iniciamos nosso roteiro de pesquisa, com a seguinte pergunta. Como é a sua rotina dentro do CRAS onde trabalha? *“Realizo os atendimentos aos usuários que buscam o CRAS II todos os dias, mas principalmente nas segundas e quintas que são os dias destinados aos atendimentos na sede. Nas terças e quartas faço visitas domiciliares e institucionais e nas sextas também permaneço na sede, neste dia geralmente ocorrem as reuniões de equipe e podemos colocar o serviço da semana em ordem. Após cada atendimento, visita ou reunião é necessário fazer a evolução no prontuário da família em um sistema online. Além deste sistema temos mais outro chamado prontuário eletrônico que deve ser preenchido com informações da família e outros sistemas para busca de dados. Os atendimentos são feitos junto da Assistente Social, pois as orientações e encaminhamentos são psicossociais. As demandas de saúde mental são repassadas aos locais que efetivam tais atendimentos após a escuta inicial. Neste momento também estou responsável pela organização e condução do SCFV juntamente com a Assistente Social, à coordenadora e as demais técnicas que trabalham com os grupos oferecidos ali. ”*

Na qualidade de técnico da Assistência Social, o psicólogo tem em suas atribuições o papel de agir em parceria com os usuários do CRAS, buscar nas ações em grupos o fortalecimento dos mesmos, enquanto sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. Subentende-se que estas políticas públicas agregadas as ações coletivas geridas pelo Estado, necessitam estarem consolidadas para a obtenção dos direitos sociais, e garantia dos direitos dos cidadãos que são referenciados pela rede de atenção do SUAS.

Com qual grupo você trabalha? E a quanto tempo? *“ Não trabalho diretamente com os grupos em sala, exceto quando há reuniões e atendimentos individuais à criança, adolescente ou idosa. No CRAS iniciei em abril e como técnica do SCFV acerca de dois meses. ”*

---

<sup>12</sup> Considerando a definição expressa na lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel construir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

O trabalho com grupos tem um papel importantíssimo nessa política, pois possibilita o reconhecimento da igualdade de situações sofridas, a percepção de formas diferentes de reagir e resolver problemas, possibilidades de refletir sobre si mesmo, família, sonhos, desejos e objetiva atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos 33 familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. (CFP, 2007 apud Brasília, 2008, p.16)

Quais são as demandas identificadas nesses grupos? E após identificadas, quais os procedimentos adotados pela equipe. *“As demandas são repassadas pelas profissionais que trabalham diretamente com o público alvo em sala, sendo as mais diversas: repasse sobre o comportamento em sala, necessidade de atendimento individual, compartilhamento de informações positivas ou negativas sobre o usuário para que possamos atendê-los, também compartilhamos o que é necessário para o trabalho fluir em equipe. Dialogamos sobre os faltosos, as evasões do serviço e o que podemos fazer em relação à isso. Os procedimentos dependem de cada situação, mas em geral realizamos os atendimentos e encaminhamentos necessários junto à família e aos outros serviços, uma vez que as famílias podem ser acompanhadas pelo CREAS e ter seus filhos inseridos no SCFV, deste modo as informações são repassadas as técnicas do CREAS para que elas busquem a família e atendam conforme o caso.*

Nesse período de trabalho com os grupos, como você vê essa questão do fortalecimento de vínculos com os usuários desses serviços? *“O serviço é de extrema importância e surte efeito positivo aos que participam e as suas famílias, pois o local propicia esse contato que leva à formação de vínculos e ao fortalecimento deles o que é necessário às famílias CRAS e CREAS, haja vista que os bairros atendidos carecem de espaços que tenham esse objetivo, assim como dentro das famílias há muita dificuldade em ter e manter vínculos saudáveis. Então, o CRAS como um todo e especificamente o SCFV tem essa proposta de esclarecer e mostrar a eles de modo não só teórico, mas de modo prático à importância da convivência comunitária e do fortalecimento de vínculos por meio de diversas formas de atividades e planejamentos. Infelizmente não temos grande adesão por parte do público realmente prioritário que são os usuários do CREAS, ou seja, que estão em situação de violação de direitos e que precisam superar tais situações com o auxílio dos técnicos, mas entende-se que há maior resistência destas famílias aos serviços justamente para que as violências não sejam constatadas e confirmadas pelas equipes que têm acesso àquela criança, e/ou adolescente. Assim como o idoso que passa por tal situação não se envolve por estar muito fragilizado e não ter condições de acessar as oficinas por conta própria”.*

As ações elaboradas no CRAS estão voltadas para o alívio imediato da pobreza, para a ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza e o desenvolvimento das famílias. Os psicólogos no CRAS têm de promover e fortalecer vínculos sócio afetivos, de forma que as atividades de atendimento gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e proporcionem a autonomia na compreensão da cidadania. (BRASILIA, 2008).

“Para o enfrentamento dessas situações, é relevante também a identificação e consideração das expectativas, necessidades e potencialidades dos usuários e a análise da adequação das ações propostas ao campo da Assistência Social” (BRASILIA, 2008, p. 25 -26) Ainda ressalta para as concepções que devem direcionar para a prática do psicólogo no CRAS:

(1 Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e da Proteção Social Básica (PSB), cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos; (2. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos; (3 Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais; (4. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores; (5. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário; (6. Atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição de ações; (7. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade; (8. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas; (9. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial; (10. Atuar para além dos settings convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações do CRAS, da rede socioassistencial e da comunidade em geral.

Nessa perceptiva, o psicólogo no exercício da sua função deve se nortear pela compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, primordiais ao exercício da cidadania e da profissão, pelo respeito à ética nas relações com clientes, usuários (as), colegas e o público bem como na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações e pelo aprimoramento contínuo (BRASIL, 2004 apud Brasília, 2008, p. 12).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração que o Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um programa que existe a menos de 20 anos, e mesmo sendo novo já trouxe vários avanços para as

políticas públicas dos municípios, deve-se levar em conta ainda está certa confusão que as famílias dos participantes desses serviços ainda fazem, em relação as especificidades de cada nível de proteção, desde da básica até da especial.

Conforme declarou a psicóloga Rita, é de suma importância e surte um efeito positivo nessas famílias acompanhadas pela CRAS II, porém o público prioritário para estar participando das atividades, não vem ou desconhece a existência dessa possibilidade.

Porém nota-se que a cada mudança de gestão e até mesmo dos técnicos de referência do serviço, quebra-se o ciclo do vínculo com os usuários. Que devido a estas mudanças existe uma defasagem de participantes nos grupos.

Ana Lígia Gomes (2012) ao refletir sobre as especificidades desse trabalho na assistência social indica que deve haver um direcionamento, uma intencionalidade para a construção de vínculo e esse vínculo é uma tradução de afeto. Pressupõe-se como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento do vínculo com os profissionais e a construção de uma referência, especialmente para crianças e adolescentes. Destaca ainda que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si. (BRASÍLIA, 2013, p. 26).

Góis (1993, p.83) define a Psicologia Comunitária como uma área da Psicologia Social da Libertação, pois para o autor:

Voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço físico-social, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem como objetivo a expressão e desenvolvimento do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação ao modo de vida da comunidade, mediante um esforço interdisciplinar voltado para a organização e desenvolvimento das pessoas, dos grupos e da própria comunidade.

Na análise das práticas desenvolvidas e nos debates estabelecidos com especialistas e profissionais que atuam diretamente no serviço, uma concepção predominante é aquela que identifica que construir e sustentar vínculos são conteúdo na política de assistência social, pressupõe, portanto a aproximação de conteúdo e método, pois na medida em que os profissionais, no próprio serviço e por meio da sua intervenção, tornam-se referência e constroem vínculos - do profissional com o sujeito e dele no grupo e do grupo entre si (grupo convivente) – ele também determina a ampliação e diversificação dos vínculos e das relações desse sujeito. BRASÍLIA (2013)

## REFERÊNCIAS

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOARINI, M. L. **A formação do psicólogo**. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, 2007, v.12, n.2, p. 443-444, 2007. Disponível em: Acesso em 02 de julho 2017.

BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social: Uma análise dos sentidos e da práxis**. Tese de doutorado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br>. Acesso em: 22 de abril 2017.

BRASIL, **Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social**. 2006. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/suas/guia\\_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistenciasocial](http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistenciasocial). Acesso em: 22 de abril 2017.

BRASIL. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento social e combate a fome**, -1. Ed.- Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: Acesso em: 22 de abril de 2017.

BRASÍLIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP); Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Referência Técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP/CEFESS, 2007.

BRASÍLIA. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS**. Brasília, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991. GÓIS, C.W.L. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 1993

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

STREY, Marlene Neves. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WIESE, Michelly Laurita, SANTOS, Rosemeire dos. **Políticas públicas e família: as novas configurações familiares e sua centralidade nas políticas da Seguridade Social**, 2013. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas\\_seguridade/politicas-publicas-e-familia.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas_seguridade/politicas-publicas-e-familia.pdf). Acesso em: 02 de julho de 2017.